PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	**2017**

CORREGEDOR:	**DESEMBARGADOR PAULO PIMENTA**
TIPO DE CORREIÇÃO:	**ORDINÁRIA**
MODALIDADE:	**SEMIPRESENCIAL**
UNIDADE CORRECIONADA	**VARA DO TRABALHO DE GOIANÉSIA**
DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	**18/12/2012**
JUIZ TITULAR:	**QUÉSSIO CÉSAR RABELO**
TITULAR DESDE:	**24/01/2013**
DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	**18/12/2012**
PERÍODO CORRECIONADO:	**01/10/2016 a 30/09/2017**

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	**FUNÇÃO**
Marcelo Marques de Matos	**Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional**
Alisson Moura Luduvice	**Assistente**
Ana Flávia de Paula Guimarães	**Assistente**
José Fernando Teixeira Mendes	**Assistente**
Kátia Maria Salgado do Nascimento	**Assistente**
Luana Carvalho Arantes	**Assistente**
Nádia Maria Lopes dos Santos	**Assistente**

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2014	2015	2016	2017**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.086	3.086	2.232	1.402
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	2.034	2.964	2.316	1.632
3	Produção	98%	96%	104%	116%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	2.030	2.614	2.444	1.611
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	431	559	484	256
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.081	1.543	1.333	1.118
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	29%	29%	27%	28%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	20%	16%	17%	13%
9	Execuções iniciadas	764	872	810	727
10	Execuções encerradas	971	665	737	421
11	Execuções baixadas	784	677	692	431
12	Execuções pendentes de encerramento	185	376	499	746
13	Execuções pendentes de baixa	276	365	583	909
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	0	9	29	96
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	69%	72%	73%	78%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	13%	37%	38%	66%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	41%	40%	39%	41%
18	Índice de conciliação da unidade	40%	45%	48%	46%

* Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2017 referem-se aos meses de janeiro a setembro.

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

2.1 – Juízes que atuam na unidade

Juiz Titular	**QUÉSSIO CÉSAR RABELO**
Juiz Auxiliar	**LAIZ ALCÂNTARA PEREIRA**

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(íza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	**SIM**	**NÃO**
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juízes comparecem à Unidade)*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	
Auxiliar fixo	X	X	X		

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juízes Titular e Auxiliar em sistema de revezamento? Em caso afirmativo, especifique a forma de revezamento.	**SIM**	**NÃO**
	X	
Forma de revezamento: Semanal.		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	161
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	150

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	490
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	108
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

* Dado apurado em 11/10/2017.

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correcionado	73

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	22	0
Sentença na fase executória	0	0
Embargos de declaração	3	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Dias em atraso	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			**0**

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE*

3.1 – Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	56	61
Ordinário	114	120

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo	6	8
Ordinário	8	10

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correcionado
	7	16

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correcionado
	2	2

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correcionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2	5
Atualização de cálculos	1	5
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	6	9

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional **	No período correcionado
Sumaríssimo	32	34
Ordinário	61	61

* Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

* A última visita correcional foi realizada em 18/11/2016 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/10/2015 e 30/09/2016.

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO

4.1 – Estrutura da Secretaria

4.1.1 – Quadro de Pessoal

Nome	Função	Situação
Edmilson Callos Galdino	Diretor de Secretaria	Efetivo
Almir Domingues de Carvalho	Oficial de Justiça	Efetivo
Ana Giselle da Silva Coelho	Assistente de Juiz	Efetiva
Bárbara Cristina da Silva Ferreira Amorim	Assistente de Diretor	Efetiva
Danielle Mendonça Rizzi	Assistente II	Efetiva
Dereck Baracui Issa Batista		Efetivo
Fernanda de Assis Porto e Simiema	Oficial de Justiça	Efetiva
Frederico Peixoto da Silva	Assistente II	Efetivo
Késia Lima dos Reis Sgamatti	Secretária de Audiência	Efetiva
Lívia Maria da Silveira Aguirre	Assistente II	Efetiva
Ludimila de Andrade Silva	Assistente II	Cedida Municipal
Maria das Graças Muzzi Dabul Corrêa	Secretária de Audiência	Efetiva
Marlana Carla Peixoto Ribeiro	Assistente de Juiz	Efetiva
Nathália Ribeiro de Castro Nacif		Efetiva
Thassia de Lima Franco		Efetiva
Thais Tannus de Carvalho		Efetiva
Luma Rodrigues de Sousa		Estagiária
Larissa Ortegal de Castro		Menor-aprendiz

* A unidade possui 1 claro de lotação.

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	21
Notebooks	2
Impressoras	2
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	0

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

4.2 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	**X**
Consumo racional de energia elétrica	**X**
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares **homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa**	**X**
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	**X**
Aproveitamento de papel usado como rascunho	**X**
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	**X**
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	**X**

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	**A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução suspensa, execução encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.**	X		
2	**A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correições permanentes realizadas no período correcionado?**	X		
3	**A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?**	X		
4	**A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial, sem a prévia intimação da parte para manifestação (Resolução CSJT nº 185/2017)?**		X	
5	**A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?**	X		
6	**É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?**	X		

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
7	**A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?**		X	
8	**A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?**	X		
9	**A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?**	X		
10	**A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.**		X	
11	**A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?**		X	
12	**Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.**			As audiências unas, iniciais e de instrução estão sendo designadas para novembro/2017
13	**A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)**		X	
14	**Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?**	X		
15	**A Secretaria da Vara procede à transferência do valor correspondente ao depósito recursal para a conta judicial, logo após o trânsito em julgado, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014?**	X		
16	**Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?**	X		

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	**A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?**	X		
18	**A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?**	X		
19	**A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?**	X		
20	**A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R$ 120,00)?**	X		
21	**A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 3º do artigo 177 do PGC).**	X		
22	**A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 4º do PGC?**	X		
23	**O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)**	X		MENSAL
24	**A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?**	X		

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	**Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?**	X		
26	**O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, como, por exemplo: utilização de todos os convênios previstos no artigo 159 do PGC e a expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, antes de suspender a execução, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho?**	X		
27	**A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?**	X		
28	**Nas execuções frustradas, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados os bens passíveis de constrição, o Juízo utiliza o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), suspendendo a execução e posteriormente enviando os autos ao arquivo provisório, para posterior aplicação da prescrição intercorrente, nos termos do artigo 161 do PGC? (No campo observações, especificar se o procedimento é adotado tanto nas execuções previdenciárias, quanto nas trabalhistas).**	X		O procedimento é adotado ambos os casos
29	**Nas execuções suspensas por inércia do credor, a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão da execução e, se for o caso, posteriormente, o movimento que indica o arquivo provisório?**	X		
30	**No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?**	X		
31	**Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?**	X		

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
32	**Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?**	X		
33	**A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)**	X		Ana Giselle da Silva Coelho – Portaria Administrativa 001/2015 (PA 9883/2015); Lívia Maria da Silveira Aguirre - PORTARIA Nº 002/2015 (PA 24966/2015); Marlana Carla Peixoto Ribeiro – Portaria Admistrativa 001/2016 (PA 8726/2016)
34	**A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.**	X		Ainda não houve necessidade de inclusão.

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

6 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS

6.1 – Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG			X (Realizando cadastro)
INCRA			X (Substituído pelo DOI)
JUCEG	X		
SIMBA		X	
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)			X (via correios – se mostrou mais eficaz nos resultados/negativações)

6.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18		X
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias		X
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6.3 – Utilização do sistema BACENJUD*

Comparação entre Varas do Trabalho do TRT18ª Região	SISTEMA BACENJUD 2.0 Quantidade de bloqueios comandados no período correicionado: Novembro/2016 a Setembro/2017	
Grupo a partir de 2500 processos	**Por número de protocolizações**	**Por número de réus/ executados**
2ª VT DE APARECIDA DE GOIÂNIA	114887	271538
1ª VT DE APARECIDA DE GOIÂNIA	49669	92904
VT DE GOIANÉSIA	**26971**	**47166**
3ª VT de APARECIDA DE GOIÂNIA	14904	18383

* Dados extraídos do sistema BACENJUD 2.0/relatórios gerenciais, em 09/10/2017.

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

7.1 – Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, CUMPRINDO o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTOrd-0012633-88.2015.5.18.0261; RTOrd-0012726-51.2015.5.18.0261; RTOrd-0012825-21.2015.5.18.0261; RTOrd-0010098-55.2016.5.18.0261; RTOrd-0010546-28.2016.5.18.0261; RTOrd-0010409-46.2016.5.18.0261; RTSum-0011049-49.2016.5.18.0261; RTSum-0011971-90.2016.5.18.0261; RTSum-0012230-85.2016.5.18.0261; RTSum-0013115-36.2015.5.18.0261).
2	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP (processos: RTOrd-0011239-12.2016.5.18.0261; RTOrd-0011375-09.2016.5.18.0261; RTOrd-0011474-76.2016.5.18.0261; RTOrd-0011497-22.2016.5.18.0261; RTOrd-0011500-74.2016.5.18.0261; RTOrd 0011904-28.2016.5.18.0261; RTOrd-0011665-24.2016.5.18.0261; RTOrd 0011319-73.2016.5.18.0261).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTOrd-0011239-12.2016.5.18.0261; RTOrd-0011474-76.2016.5.18.0261; RTOrd-0011500-74.2016.5.18.0261; RTOrd 0011904-28.2016.5.18.0261; RTOrd-0011665-24.2016.5.18.0261; RTOrd 0011319-73.2016.5.18.0261).
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara expede os ofícios determinados na sentença (processos: RTOrd-0011239-12.2016.5.18.0261; RTOrd-0011474-76.2016.5.18.0261; RTOrd 0011319-73.2016.5.18.0261).
5	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as atas/decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do PGC/TRT 18ª Região (processos: RTSum-0012318-26.2016.5.18.0261; RTSum-0010993-79.2017.5.18.0261; RTOrd-0011291-08.2016.5.18.0261).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0011830-71.2016.5.18.0261; RTOrd-0010942-68.2017.5.18.0261; RTSum-0010730-47.2017.5.18.0261; RTSum-0010782-43.2017.5.18.0261; RTSum-0010934-91.2017.5.18.0261; RTSum-0011201-63.2017.5.18.0261; RTSum-0010301-80.2017.5.18.0261; RTSum-0012318-26.2016.5.18.0261; RTOrd-0011291-08.2016.5.18.0261).
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados, cumprindo o disposto na Recomendação TRT 18ª nº 1/2014 (processos: RTOrd-0011830-71.2016.5.18.0261; RTOrd-0010942-68.2017.5.18.0261; RTSum-0010730-47.2017.5.18.0261; RTSum-0010782-43.2017.5.18.0261; RTSum-0010934-91.2017.5.18.0261; RTSum-0011201-63.2017.5.18.0261).
8	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano (processos: RTOrd-0010442-36.2016.5.18.0261; RTOrd-0010392-10.2016.5.18.0261; RTSum-0011108-37.2016.5.18.0261; RTSum-0011234-87.2016.5.18.0261; RTSum-0011438-34.2016.5.18.0261).

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

Item	Constatações
9	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o movimento que indica a suspensão do processo por execução frustrada, determinada por decisão judicial, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010442-36.2016.5.18.0261; RTOrd-0010392-10.2016.5.18.0261; RTSum-0011108-37.2016.5.18.0261; RTSum-0011234-87.2016.5.18.0261; RTSum-0011438-34.2016.5.18.0261).
10	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 4º do artigo 177 do PGC (processos: RTSum-0010856-34.2016.5.18.0261; RTSum-0012059-31.2016.5.18.0261).
11	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente os movimentos referentes ao início e fim da execução previdenciária, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010734-21.2016.5.18.0261; RTOrd-0010056-06.2016.5.18.0261; RTOrd-0010057-88.2016.5.18.0261; RTOrd-0010959-46.2013.5.18.0261; RTSum-0010856-34.2016.5.18.0261; RTSum-0012059-31.2016.5.18.0261).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0010056-06.2016.5.18.0261; RTOrd-0010959-46.2013.5.18.0261; RTSum-0010856-34.2016.5.18.0261; RTSum-0012059-31.2016.5.18.0261).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara adota o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 177 do PGC, intimando o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício previsto no parágrafo 4º (processos: RTOrd-0010734-21.2016.5.18.0261; RTOrd-0010057-88.2016.5.18.0261; RTSum-0012059-31.2016.5.18.0261).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os movimentos referentes ao início e fim da execução trabalhista, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0011531-94.2016.5.18.0261; RTOrd-0011679-08.2016.5.18.0261; RTOrd-0011665-24.2016.5.18.0261; RTOrd-0011607-21.2016.5.18.0261; RTOrd-0011535-34.2016.5.18.0261).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, independentemente de requerimento da parte, além de outros meios de se encontrar bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 40 da LEF), como, por exemplo, a expedição de mandado de penhora e avaliação, CUMPRINDO, assim, o disposto na Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: RTOrd-0011275-54.2016.5.18.0261; RTSum-0011108-37.2016.5.18.0261; RTSum-0011443-56.2016.5.18.0261; RTSum-0012836-50.2015.5.18.0261).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho transfere o valor do depósito recursal para uma conta judicial, após o trânsito em julgado da sentença, cumprindo o disposto na Recomendação TRT 18ª SCR Nº 1/2014. Constatou-se, ainda, que a Vara do Trabalho libera o valor do depósito recursal ao exequente, após a liquidação da sentença transitada em julgado, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTOrd-0010631-14.2016.5.18.0261; RTOrd-0011834-45.2015.5.18.0261).
17	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais designadas, das sentenças proferidas e dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, descumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTOrd-0010919-25.2017.5.18.0261; RTSum-0010607-49.2017.5.18.0261; RTSum-0010323-41.2017.5.18.0261; RTOrd-0012121-71.2016.5.18.0261; RTSum-0010596-20.2017.5.18.0261).

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.

Item	Constatações
18	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, TODAVIA não aponta corretamente o rol de feriados, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, CUMPRINDO PARCIALMENTE o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOrd-0011060-44.2017.5.18.0261; RTOrd-0010940-98.2017.5.18.0261; RTOrd-0010280-07.2017.5.18.0261; RTOrd-0011251-26.2016.5.18.0261; RTSum-0010735-69.2017.5.18.0261; RTOrd-0012239-47.2016.5.18.0261).
19	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0011060-44.2017.5.18.0261; RTOrd-0010940-98.2017.5.18.0261; RTOrd-0010280-07.2017.5.18.0261; RTOrd-0011251-26.2016.5.18.0261; RTSum-0010735-69.2017.5.18.0261; RTOrd-0012239-47.2016.5.18.0261).
20	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTOrd-0011060-44.2017.5.18.0261; RTOrd-0010940-98.2017.5.18.0261; RTOrd-0010280-07.2017.5.18.0261; RTOrd-0011251-26.2016.5.18.0261; RTSum-0010735-69.2017.5.18.0261; RTOrd-0012239-47.2016.5.18.0261).
21	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0011060-44.2017.5.18.0261; RTOrd-0010940-98.2017.5.18.0261; RTOrd-0010280-07.2017.5.18.0261; RTOrd-0011251-26.2016.5.18.0261; RTSum-0010735-69.2017.5.18.0261; RTOrd-0012239-47.2016.5.18.0261).
22	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, TODAVIA não aponta corretamente o rol de feriados, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, CUMPRINDO PARCIALMENTE o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOrd-0011262-60.2013.5.18.0261; RTOrd-0011831-56.2016.5.18.0261; RTSum-0011920-79.2016.5.18.0261).
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOrd-0011262-60.2013.5.18.0261; RTOrd-0011831-56.2016.5.18.0261; RTSum-0011920-79.2016.5.18.0261).
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0011262-60.2013.5.18.0261; RTOrd-0011831-56.2016.5.18.0261; RTSum-0011920-79.2016.5.18.0261).
25	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 02/05/2017 e 26/09/2017, constatou-se que: (1º) o atraso médio para o início das audiências é de 42 (quarenta e dois) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 16 (dezesseis) processos.
26	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 02/05/2017 e 26/09/2017, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a quinta-feira.
27	Analisados, em 09/10/2017, os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se o prazo médio de 16 (dezesseis) dias para solução de incidentes na fase de execução, SUPERIOR aos cinco dias para julgamento previsto no artigo 885 da CLT (Processos: 12521-22.2015.5.18.261, 11728-20.2014.5.18.261, 10135-82.2016.5.18.261, 12443-28.2015.5.18.261, 12451-5.2015.5.18.261, 11136-73.2014.5.18.261,11263-45.2013.5.18.261, 10002-74.2015.5.18.261, 10007-96.2015.5.18.261 e 10177-68.2015.5.18.261).

Goiânia, 16 de outubro de 2017.
[assinado eletronicamente]

MARCELO MARQUES DE MATOS
DIR DE SECRET-CJ-3

Cód. Autenticidade 400133377934
Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 16/10/2017 10:10:00h. Protocolo nº 21713/2017.